

Cotas: governo recua

O governo desistiu de editar medida provisória que iria criar cotas para negros entrarem no ensino superior e cursos profissionalizantes do ensino médio. Em vez de publicar a medida provisória, o governo Lula pretende agora enviar ao Congresso um projeto de lei. Segundo o governo, a mudança de estratégia se deve à polêmica criada pelo assunto e à falta de debate sobre o tema. *Página 2*

CAMPANHA SALARIAL

Jogo duro

A campanha salarial foi o foco das discussões da plenária nacional dos servidores. Posição inflexível do governo nas negociações já aponta para a construção de greve unificada. *Página 3*

Demissão por telefone

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, foi demitido por telefone pelo presidente Lula na última sexta-feira. Tarso Genro, ex-prefeito de Porto Alegre e que respondia pela presidência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, é o sucessor de Cristovam.



Reforma na linha de tiro

Esquenta a discussão sobre o projeto de reforma universitária do governo. No debate promovido pelo Grupo de Trabalho sobre Política Educacional na Praia Vermelha, a conclusão é de que a reforma proposta não atende aos interesses da universidade e dos trabalhadores brasileiros.

Missão (quase) impossível

O secretário de Ensino Superior apareceu de surpresa (pelo menos para parte dos conselheiros) e defendeu o projeto do governo para a área onde atua. Em entrevista, Carlos Antunes, que poderá deixar o cargo com a demissão de Cristovam Buarque, disse que a reforma universitária é positiva. *Páginas 3, 4, 5 e 6*



COMUNIDADE: Alunos da universidade receberão qualificação para atuar no programa

Alfabetização na Maré

Foto: Niko Júnior

“É uma vergonha para nossa universidade ter 10 mil analfabetos aqui ao lado e não fazermos nada.” Foi assim que Ana Inês Sousa, diretora da Divisão de Programas e Projetos da Pró-Reitoria de Extensão (PR-5), definiu a preocupação que motiva os envolvidos na convivência entre a UFRJ e a Comunidade da Maré através dos programas de extensão. O Programa de Alfabetização da UFRJ para Jovens e Adultos do Bairro da Maré, organizado pela PR-5, pretende mudar essa realidade. Esse programa faz parte de um projeto de extensão voltado para a comunidade da Maré que tem como objetivo levar para a região, além da alfabetização, assistência jurídica e bibliotecas.

As aulas de alfabetização serão dadas por alunos da universidade, que receberão capacitação, entre os dias 2 e 13 de fevereiro, para dar iní-

cio às classes em março. As aulas acontecerão à noite em salas de aula emprestadas por escolas, igrejas e associações de moradores da Maré. Foram inscritos para participar do programa 230 alunos, dos mais variados cursos, que concorreram a 30 vagas. Os alunos receberão uma bolsa mensal de R\$ 241,50.

Parcerias

O programa será financiado pelo MEC durante 6 meses. “Já estamos buscando parcerias para dar continuidade ao programa”, afirmou a diretora da Divisão de Programas e Projetos da PR-5 e coordenadora do Programa de Alfabetização. Segundo Ana Inês, o projeto pretende, se não acabar com o analfabetismo, ao menos diminuir ao máximo o número de analfabetos num prazo de 4 anos. “Nossa meta ambiciosa é chegar a zero”, disse a diretora. Outro objetivo do



INDIGNAÇÃO. Ana Inês, diretora da divisão, defende o engajamento solidário

programa é fazer uma parceria com o município para incluir os alunos alfabetizados no Programa de Educação de Jovens (PEJ) da Secretaria Municipal de Educação, para

que eles possam dar continuidade aos estudos.

Além da Pró-Reitoria de Extensão, participam do projeto a Escola de Serviço Social, a Faculdade de Letras, a

Faculdade de Educação, o Instituto de Matemática e a Organização não Governamental Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM). ■

Cotas: recuo do governo?

O governo desistiu de editar a medida provisória que iria criar cotas para negros entrarem no ensino superior e cursos profissionalizantes do ensino médio. Em vez de publicar a medida provisória, o governo Lula pretende agora enviar ao Congresso um projeto de lei. Segundo o governo, a mudança de estratégia se deve à polêmica criada pelo assunto e à falta de debate sobre o tema.

O modo como seria feita a institucionalização das cotas dividiu integrantes do governo. O ex-ministro da Educação, Cristovam Buarque, defendia a realização de um projeto de lei para que, dessa forma, o assunto seja mais discutido. Já a secretária especial de Promoção e Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, defendeu a publicação de medi-

da provisória para que as cotas fossem adotadas imediatamente.

Para o governo, as cotas seriam um modo paliativo de resolver o problema e privilegiariam apenas um número determinado de negros e pardos. Está sendo estudada uma outra proposta, na qual seria adotado, de forma



experimental, um número pequeno de cotas durante um período determinado. Se aprovado o percentual de incluídos nas cotas seria estendido.

Um grupo especial criado pelo governo para discutir o assunto das cotas já enviou à Casa Civil uma proposta com 12 artigos sobre o tema. Uma das propostas do grupo é que o presidente ponha em vigor um decreto criando o Programa de Ações Afirmativas para Acesso e Permanência de Negros nas Universidades (Pronegro). Esse programa estaria vinculado à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação. O grupo não estabeleceu um percentual para as cotas. A proposta daria às universidades o direito de determinar o número de vagas destinadas ao programa.

FGTS

Todos os sindicalizados têm direito às correções nas contas do FGTS relacionadas às perdas resultantes do Plano Verão de 1989 e do Plano Collor de março de 1990, segundo decidiu a Justiça. A decisão representa mais um passo positivo no vitorioso processo movido pelo Sindicato. Antes só as contas dos sindicalizados incluídos na listagem da ação estavam sendo liberadas. A Caixa Econômica Federal também vem reativando, além das contas da UFRJ, as demais contas com outros vínculos, como as da Coppe, FUJB e NCE.

ATENÇÃO: A conta para depósito dos honorários do advogado da ação do FGTS é: 15580-2, agência: 3652-8, Banco do Brasil.

Coordenação de Comunicação Sindical: Antonio Gutemberg Alves do Traco, Neuza Luzia e Gerusa Rodrigues / Edição: L.C. Maranhão / Reportagem: Ana de Angelis, Lili Amaral e Regina Rocha. Estagiária: Leticia Baumann / Projeto Gráfico: Luís Fernando Couto / Diagramação: Caio Souto e Luís Fernando Couto / Ilustração: André Amaral / Fotografia: Niko / Revisão: Roberto Azul / Assistente de produção: Jamil Malafaia / Tiragem: 11 mil exemplares / As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical / Correspondência: aos cuidados da Coordenação de Comunicação. Fax: 21 2260-9343. Tels: 2560-8615/2590-7209 ramais 214 e 215.

NA LUTA. Servidores já apontam para a construção de uma greve unificada

Governo inflexível

A campanha salarial foi o foco central das discussões da plenária dos servidores públicos federais em Brasília realizada no domingo, dia 18. A posição inflexível do governo em relação às reivindicações do funcionalismo provocou indignação entre 117 delegados e 89 observadores que participaram da plenária. A reunião resultou nas seguintes deliberações: elaboração de um documento cobrando do governo uma verdadeira negociação da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), solicitação de uma audiência com o presidente e todos os ministros que assinaram o protocolo da Mesa Nacional, construção de uma greve unificada, a luta por uma política salarial com reposição das perdas acumuladas desde 1995 e a defesa de um reajuste emergencial.

Ficou decidido que na próxima plenária será definido se o índice do reajuste emergencial levará em conta o período a partir de 1998 ou de 2003. Também foi remetida à próxima plenária a definição da data exata para a greve dos servidores públicos federais, marcada, em princípio, para a segunda quinzena de março.

A plenária também decidiu que serão realizados seminários nos estados, em conjunto com entidades como Movimento Comunitário, MST, estudantes, para discu-

tir o que a sociedade espera do serviço público, e dessa forma conseguir tornar a população solidária com a luta dos funcionários públicos federais.

Os próximos encontros da categoria ocorrerão em fevereiro. Dias 11 e 12 acontecerá o seminário da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF) sobre as reformas sindicais e trabalhistas. Dias 13 e 14 ocorrerão as plenárias setoriais e dia 15 a plenária dos servidores públicos federais.

Demitido por telefone

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, foi demitido por telefone na última sexta-feira. Ele estava em Portugal quando foi informado da decisão por um telefonema do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Quem assumiu a pasta foi Tarso Genro, que o preside Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Cristovam Buarque vai voltar a assumir a cadeira de senador, pelo Distrito Federal. Esta é a segunda mudança no governo em cargos de primeiro escalão que têm responsabilidade sobre políticas desenvolvidas nas universidades públicas federais. Na semana passada também foi demitido o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, substituído pelo deputado Eduardo Campos, do PSB de Pernambuco. Um dos últimos atos de Amaral aconteceu na UFRJ, onde anunciou o reajuste nos valores das bolsas do CNPq. Com a demissão de Cristovam Bu-



arque, a posição do secretário de Ensino Superior (Sesu), Carlos Antunes, no governo, fica ameaçada. Cristovam Buarque, ex-governador de Brasília e ex-reitor da Universi-

dade Nacional de Brasília, é um intelectual reconhecido internacionalmente. Quando governava o Distrito Federal, criou o bolsa-escola, programa premiado pela ONU. Um

dos quadros históricos do Partido dos Trabalhadores (PT), Cristovam Buarque começou a enfrentar desconforto no governo Lula quando se viu diante da falta de re-

ursos para viabilizar o seu programa para o Ministério. Em mais de uma ocasião, Cristovam Buarque fez queixas públicas acusando a penúria a que fora submetida a Educação no país. O ministro chegou a estimular manifestações no Congresso para pressionar por verbas, o que lhe rendeu farpas do ministro José Dirceu. Em julho foi o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva que advertiu o ministro diante das repetidas cobranças por mais verbas para educação. "Apresado come cru", disse Lula. A partir daí especulações sobre sua permanência no governo foram freqüentes. Sua vez, enfim, chegou, na reforma ministerial. O novo ministro da Educação, entre outras coisas, terá que conduzir a reforma universitária, uma das agendas principais do governo para este ano, que vai ser combatida pelas entidades representativas de estudantes, funcionários e professores das instituições federais de ensino superior.

REFORMA UNIVERSITÁRIA: Projeto do governo não tem compromisso com os trabalhadores

Na linha de tiro

Na avaliação do professor Roberto Leher, ex-presidente do Andes – Sindicato Nacional, a reforma universitária que o governo pretende realizar é o oposto de todas as propostas alternativas elaboradas pelos educadores do Partido dos Trabalhadores para um novo projeto de Educação para o país. “Uma negação à história e à trajetória do PT”, disse. Para Ana Maria Ribeiro, coordenadora do SINTUFRJ, “o que se vê no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) do governo Lula é a total ausência de um projeto para a universidade pública brasileira que possa colocá-lo ao lado dos que lutam para que ela tenha um compromisso claro com a classe trabalhadora”.



DEBATE. Pedro Martins (DCE), Miguel Brendao (Adufrj), Roberto Leher (professor) e Ana Maria (coordenadora do SINTUFRJ) na mesa que discutiu a reforma universitária na Praia Vermelha

Estas considerações foram feitas no seminário organizado pelo Grupo de Trabalho sobre Política Educacional, realizado na quinta-feira, 22, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, na Praia Vermelha.

O GT é composto pela ADUFRJ, SINTUFRJ, DCE e APG (Associação de Pós-Graduandos). O objetivo da iniciativa é promover a qualificação da comunidade UFRJ para os embates previstos com o governo sobre a anun-

ciada reforma do ensino superior nas universidades públicas federais. Pelo calendário oficial, o projeto será enviado ao Congresso Nacional ainda no primeiro semestre deste ano e votado até o final de 2004.

Dedo do Banco Mundial

Leher fez críticas à composição do grupo que elaborou o documento. A coordenação é da Casa Civil e da Secretaria Geral da Presidência, mas assinam também os ministérios da Fazenda e Planejamento, além dos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. “Embora o Ministério da Educação tenha participado, sabe-se que o ME assim como os órgãos de fomento ocupam um lugar secundário no governo. Mas o mais grave é que os educadores não tiveram espaço para opinar”, registrou.

Segundo o professor, a reforma anunciada para as universidades públicas federais está em sintonia com as recomendações do Banco Mundial feitas na década de 90 para a América Latina, e obedece a uma lógica de política em curso hoje no país. “As orientações do Banco Mundial - que co-patrocionou, em novembro, o seminário internacional do ensino superior do Ministério da Educação (“A Universidade no Século XXI”) - e as medidas encaminhadas pelos governos neoliberais dos países periféricos indicam que o eixo da proposta é a autonomia universitária conjugada com o auto financiamento.” De acordo com Leher, “é a mesma linha do Projeto de Emenda Constitucional 370/96, e dos diversos projetos encaminhados por FHC e o ministro Paulo Renato de Souza”, disse.

Participação - Apesar do esvaziamento natural da universidade em razão das férias escolares, várias pessoas participaram do debate na Praia Vermelha. Os estudantes presentes manifestaram preocupação com o discurso que o governo utilizará para justificar uma possível cobrança de taxas nos cursos, conforme está sinalizado no documento, sob a alegação de promover justiça social, considerando que hoje só estudam nas universidades públicas a classe média alta e os ricos.

Adequação à crise financeira

Na análise que fez do documento do governo, Ana Maria Ribeiro conclui que se trata de um esboço de como adequar a universidade à crise financeira do país e também de responder à população com número de alunos matriculados, já que anuncia o aumento significativo das vagas. “Os baixos salários recebidos pelos profissionais das instituições federais de nível superior não constam do documento, nem como observação; assim como os servidores técnico-administrativos e estudantes são completamente desprezados”, denunciou a sindicalista. Ela apontou a ausência de propostas de qualificação dos trabalhadores em Educação, de política de assistência estudantil para garantir a permanência dos estudantes nos cursos.

A equipe ministerial que elaborou o documento, informou Ana Maria, acusa a “deformação do sistema previdenciário” como responsável pelos inúmeros pedidos de aposentadoria precoce de docentes. “Ora, como se tudo isso não fizesse parte da política neoliberal de esvaziamento do serviço público”, pontuou, lembrando que antes de FHC os servidores públicos das universidades se aposentavam, na sua maioria, pela compulsória (aos 70 anos). Absurdo maior contido no documento é a constatação de que essa “deformação” acabou, pois a atual reforma previdenciária “servirá para proteger a universidade”, embora o texto reconheça que “num primeiro momento a reforma induziu a um processo adicional de aposentadorias.

DEFESA. Carlos Antunes, da Sesu, defendeu a política do governo para a educação

Missão impossível

O secretário da Secretaria de Ensino Superior (Sesu) do MEC, Carlos Antunes, tentou o impossível em sua visita à UFRJ. Defendeu o projeto de reforma universitária do governo e vários pontos da política do Planalto para o ensino superior. O secretário – que com a demissão de Cristovam Buarque pode deixar o cargo – disse que há compromissos do atual governo com a democracia nas universidades e com a gratuidade dos cursos. Ele disse que o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior (Sinaes), que substituiu o Provão, torna os mecanismos de controle social da universidade mais transparentes. Antunes participou da sessão do Conselho Universitário (Consuni).

A presença do secretário do Sesu na sessão do Consuni causou surpresa há vários conselheiros, especialmente à bancada de técnicos-administrativos que não foi avisada. Problemas como crise de financiamento e déficit de pessoal, aposentadorias provocadas pela reforma da Previdência e outros que atingem a universidade foram levantados pelos conselheiros. O secretário informou que esta semana deverá sair uma portaria com 532 vagas para professores e técnicos-administrativos e que está pedindo mais vagas ao governo. Depois da sessão do Consuni, Antunes falou rapidamente ao Jornal do SINTUFRJ. Veja trechos da conversa.

• Reforma Universitária

“O MEC quer mudar a estrutura organizacional da universidade, a carreira do docente e do funcionário, de forma que a universidade tenha autonomia didática, científica, financeira, admi-

nistrativa e patrimonial. A implantação do novo processo de avaliação, a integração das universidades públicas e privadas como um sistema e a promoção da inclusão social da universidade, assim como de sua responsabilidade social, são estruturas centrais da proposta.”

• Pagamento de taxas ou mensalidade

“Pagar? Longe de nós! O governo tem compromisso com o ensino público e gratuito. Não quer dizer que a universidade não possa captar recursos como fonte suplementar ou complementar.”

• O que muda com a proposta do governo

“A universidade vai estar mais flexível, menos pesada, menos custosa. Hoje tem uma estrutura muito pesada. Estará mais aberta à sociedade. Vai poder apresentar com mais objetividade seus propósitos. Vai poder fortalecer sua missão e sua identidade. Os professores terão mais liberdade de pesquisa. Haverá melhores salários dentro de uma carreira. O MEC quer mudar a carreira.”

• Cotas para negros

“Numa reunião (dia 20/1) com presidente Lula sobre o tema foi programado um prazo para que houvesse conversa com parlamentares antes de projeto de lei ser encaminhado ao Congresso. Não houve mudanças ou recuos na proposta que prevê cotas propositivas: ou seja, a adoção não é obrigatória, até porque as universidades têm autonomia. O que o governo faz é ensejar que a Universidade o faça, mas não impor.”

• Crise de recursos

O MEC repassou, em dezembro, para a UFRJ, R\$ 12

milhões para problemas emergenciais de recursos orçamentários. Isso, na opinião de Antunes, “demonstra claramente que o MEC está preocupado com os problemas da UFRJ. Desta verba, R\$ 8,5 milhões foram para pagamento da dívida com a Light. Segundo o chefe de gabinete, João

Eduardo, os recursos (destinados a obras emergenciais, como dos telhados) já estão creditados e as obras já estão sendo licitadas”.

• Déficit de pessoal

A Sesu está pedindo 8 mil vagas para concurso para professores e 7 mil para funcioná-

rios. Para o secretário, são suficientes e dão fôlego para as instituições. Ele conta que o ano de 2003 foi fechado com 5 mil aposentadorias – docentes (1.050) e de técnicos-administrativos (3.950). A sua previsão é de que o concurso aconteça ainda neste semestre.

Repercussão na página 6



BARBAS DE MOLHO. Com a demissão do ministro, cargo de Antunes está ameaçado

*Como será o amanhã,
responda quem puder...
O que irá me acontecer?
O meu destino será
como Deus quiser...*



CNPq. Funcionário que ingressar na pós-graduação não mais perderá bolsa

Bolsas garantidas

O presidente do CNPq, Erney Camargo, disse, na UFRJ, que os servidores técnico-administrativos contemplados com bolsas de apoio técnico do CNPq poderão continuar usufruindo delas caso se matriculem em curso de pós-graduação.

Essa bolsa é concedida ao pesquisador do CNPq, que por sua vez repassa ao servidor, por exemplo o técnico de laboratório que trabalha na pesquisa. O valor varia de acordo com a formação: cerca de R\$ 500 para nível superior e R\$ 250 para nível médio. Só que até aqui, o funcionário que optasse por ingressar na pós-graduação perdia direito à bolsa.

Resultado de longo processo de discussão nos departamentos do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB), a questão foi levada à Congregação por iniciativa da bancada técnico-administrativa com apoio do SINTUFRJ. São representantes dos técnico-administrativos na Congregação Rosane de Oliveira Madeira, Antônia Lima Car-

valho e Cláudio Henrique Dias. No dia 17 de dezembro foi aprovada, unanimemente, pelo colegiado sua proposta de solicitar ao CNPq a permanência da bolsa do servidor que ingressar na pós-graduação.

A proposta, com a qual o presidente do CNPq se comprometeu publicamente, deve ser publicada no *Diário Oficial* o mais rápido possível, segundo informou, o que porá em prática a decisão, extensiva a todos os servidores nesta situação no país.

Contradição

Para o representante técnico-administrativo no Conselho de Ensino de Pós-Graduação, Giovani Zebende, é uma contradição o servidor perder a bolsa justamente no momento em que passa a ter mais atividade em relação ao projeto em que trabalha. A medida é, portanto, um incentivo ao aprimoramento. Por outro lado, em sua opinião, o profissional que ingressa no mestrado vai render à Universidade um qua-

dro ainda mais qualificado. Segundo o representante, a bolsa é renovada anualmente mediante uma criteriosa avaliação. "Não é dada de bandeja. Tanto o trabalho do pesquisador quanto do apoio técnico são avaliados", lembra Giovani Zebende.

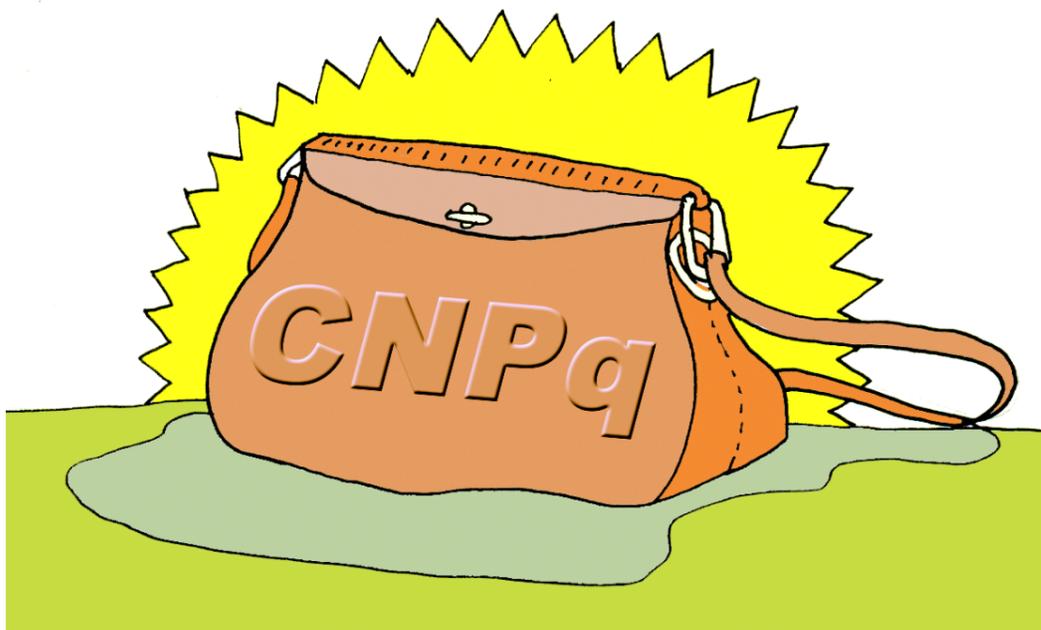
Para o diretor do ICB, Adalberto Vieyra, a medida repara a injustiça histórica de punir com perdas econômicas os servidores que desejam

fazer curso formal de pós-graduação e crescer cientificamente. "Nós estamos agora realizando gestões junto à Faperj (fundação do estado do Rio) para que também tome determinação idêntica", explicou.

Para ele, "é importante, sobretudo, dar destaque ao estímulo que isso significa para o aperfeiçoamento dos técnicos de laboratório, para que realizem seus projetos de

tese dentro do tema no qual estão trabalhando".

Pelo menos nove mil pesquisadores contam com bolsa de apoio técnico em seus projetos de pesquisa, o que pode envolver de 5 a 10 mil servidores. "Em torno de mil são pesquisadores 1A, e a maioria deles tem certamente uma bolsa de apoio técnico, funcionários que muitas vezes são co-autores de trabalho científico." ■



Entrevista com o secretário da Sesu....

Reitor Aloísio Teixeira

"Foi importante para a Universidade a Sesu discutir com a gente. Acho que o MEC e a Sesu têm posição - em relação à gratuidade do ensino superior, autonomia da universidade, em relação a problemas de financiamento das instituições públicas que são condizentes com as nossas. Isso ficou bastante claro com a exposição do secretário. O que consolida a possibilidade de ter um interlocu-

tor como o MEC para defender posições que são benéficas para nós."

José Carlos (técnico-administrativo)

O representante dos técnicos-administrativos no Consuni, José Carlos Pereira, avaliou que a exposição colocou as cartas na mesa quanto ao que pretende, mas que "cabe aos movimentos e à comunidade científica se mobilizarem para discutir o que a universi-

dade quer". Para ele, já existe uma reforma universitária em andamento feita pelo governo através de medidas provisórias, decretos e portarias "que já estão desfigurando a autonomia prevista na lei maior, a Constituição - que nunca foi seguida. Para se falar em reforma universitária, esta tem que ser vinculada à discussão do modelo que se quer para o Estado brasileiro. Não se pode falar em reforma sem antes dizer o que se pen-

sa da universidade nesse novo modelo".

Paulo Schueler (estudante)

O representante dos estudantes, Paulo Schueler, avaliou que a discussão está centrada na manutenção das instituições públicas. "A gente tem que estar sempre vigilante quanto à cobrança de mensalidade. Alguns pontos são problemáticos: está tramitando no Congresso uma

proposta de cobrança a quem já se formou. Essa é sim uma proposta do governo de tributação para alocar recursos para gerar superávit e pagar R\$ 160 bilhões de juros da dívida. Esse será mais um ano de contingenciamento de verbas." Para ele, vários pontos vêm sendo implementados sem que seja debatido o conjunto da obra, e não ficaram claras quais são as questões de princípio embutidas no projeto ■

NOVA LEI: Veja, aqui, o formato final da reforma do governo aprovada no Congresso

Servidores: o que muda

O governo Lula promulgou no dia 31 de dezembro de 2003 a Emenda Constitucional 41, que altera a Previdência. Isso significa dizer que o golpe contra os direitos conquistados pelos trabalhadores do serviço público foi consolidado. A partir de abril os servidores aposentados terão de pagar 11% de contribuição; outras mudanças aprovadas (veja quadro) já estão em vigor. Discute-se ainda uma proposta de emenda constitucional paralela (PEC) que minimiza em alguns pontos o estrago já feito.

A PEC paralela foi aprovada no Senado em dezembro, fruto do acordo que permitiu a aprovação integral da reforma pelos senadores, evitando que o texto voltasse à Câmara. A paridade e as regras de transição estão nesta discussão, mas trata-se mais de uma medida eleitoreira do que uma mudança significativa diante das reivindicações dos servidores.

O fundamental é que a transferência de recursos públicos para o capital privado através da criação dos fundos de pensão permaneceu intocável. Mas a reforma ainda dará muito pano para mangas, pois há muitos pontos que precisam ser regulamentados. Além disso, sindicatos e associações do funcionalismo divergem sobre a aplicação imediata da re-

forma logo após sua promulgação.

“O governo Lula realizou a principal parte da reforma da Previdência Pública dos servidores públicos do país. A reforma de Fernando Henrique Cardoso era bem menos dramática do que a de Lula. A reforma feita por Lula é muito mais grave, mais profunda e pior. Ele mexeu na Constituição. Temos uma nova emenda, que é a 41, que acaba privatizando e entregando uma parte importante da previdência para o mercado. Depois de 7 anos os recursos movimentados pelos fundos de pensão com as complementações das aposentadorias representarão 70% do produto interno do país”, afirma Sara Granemann, professora da Escola de Serviço Social e presidente da Adufrj.



Alterações para os servidores federais

Atuais servidores - Para ter direito à aposentadoria integral, devem cumprir os seguintes requisitos: mulher com 55 anos e homem 60. Tempo de contribuição de, no mínimo, 30 anos, no caso das mulheres, e 35 anos para o homem. Ter 20 anos de carreira e cinco anos no cargo efetivo. Se estes requisitos não forem cumpridos, a aposentadoria será calculada com base na média das contribuições previdenciárias feitas ao longo da vida trabalhista a partir de julho de 1994.

Paridade - O direito a reajuste salarial igual para os servidores da ativa e aposentados é parcial. Uma lei estabelecerá quais vantagens pecuniárias ficarão de fora da paridade.

Transição - Quem quiser se aposentar antes de concluir o tempo mínimo de contribuição terá seus proventos reduzidos por cada ano antecipado. Para quem se aposentar até 2005, o redutor será de 3,5%. Já aqueles que se aposentarem a partir de 2006 terão um redutor de 5% por ano antecipado.

Abono - Os servidores que resolverem permanecer trabalhando, mesmo já tendo cumprido os requisitos pelas regras atuais – idade mínima de 48 anos e 30 anos de contribuição (mulheres) e de 53 anos de idade e 35 de contribuição (homens) –, não pagarão a contribuição previdenciária de 11%.

Taxação de inativos – Foi criada a cobrança de 11% da contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas do serviço público. Nos estados e municípios os inativos que ganham até R\$ 1.200 ficarão isentos do pagamento da contribuição. Na União a isenção é de até R\$ 1.440. A contribuição deverá ser cobrada a partir de abril, pois a medida deve cumprir 90 dias de prazo após a promulgação.

Pensões – O pagamento integral dos benefícios dos futuros pensionistas do serviço público será garantido apenas para aqueles que receberem até R\$ 2.400. A parcela que exceder esse valor sofrerá um desconto de 30%. Os servidores que morrerem em atividade, antes de se aposentar e cumprir as novas regras, também deixarão pensões integrais até R\$ 2.400. Acima desse valor será aplicado o mesmo redutor.

Futuros servidores – O benefício será calculado pela média das contribuições, obedecendo a um teto de R\$ 2.400. Quem quiser receber valor maior terá que contribuir para um fundo de previdência privada.

O que precisa de regulamentação

- A fórmula de cálculo do benefício pela média das contribuições caso o servidor não consiga cumprir as novas regras para receber a aposentadoria integral;
- Lei deverá criar os fundos complementares de previdência;
- Unificação das alíquotas de contribuição em no mínimo 11% para servidores ativos dos estados e municípios;
- Lei para estabelecer os critérios para a paridade entre os reajustes concedidos aos servidores da ativa e os que vierem a se aposentar;
- Lei para estabelecer como serão os reajustes dos benefícios para servidores que não tiverem direito à paridade.

Público-alvo

NOVOS RUMOS. Novo diretor da Faculdade de Educação diz que democracia é a meta

A Faculdade de Educação vai ter um projeto institucional, e sua missão não será mais atender à cátedra, mas o público. As decisões que prevalecerão não serão mais as individuais, pois o coletivo é quem decidirá com seus colegiados. Este é um dos objetivos da nova equipe que desde o dia 16 de janeiro assumiu a direção daquela importante unidade de ensino da UFRJ, liderada pelo professor Marcelo Corrêa e Castro, o diretor eleito pela comunidade.

“Este projeto será um marco na vida desta faculdade e até da universidade. Porque tudo aqui sofre dessa herança de cátedra e do hábito onde o público não é levado em conta, mesmo a instituição tendo tudo para ser democrática”, afirmou o diretor. Os departamentos e grupos de pesquisa continuarão a exercer sua autonomia para propor, mas ele avisa: de agora em diante só haverá investimentos em pesquisas que garantam retorno à coletividade.

Recuperar prestígio

Mas um dos principais problemas do novo diretor é recuperar o programa de pós-graduação de mestrado e doutorado, que periga ser descredenciado pela Capes (Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Um dos motivos desse desprestígio foi o programa ter perdido 70% dos professores titulares e outros com produção acadêmica expressiva, inclusive com reconhecimento nacional. Em março, a Capes fará nova avaliação do programa e, embora até lá as atividades da pós-graduação ainda tenham sido retomadas, Marcelo acredita que conseguirá manter as bolsas.

“Não temos aulas e nem produção para mostrar, mas vamos apresentar a Capes as mudanças que ocorrem na Faculdade de Educação. Um novo coordenador para o programa foi eleito por unanimidade pela comunidade, o professor Renato de Oliveira, meu vice-diretor; também foi constituído um novo colegiado e todos os professores que se afastaram retornaram, com exceção dos que se aposentaram”, informou Marcelo. A presença na sua posse de um representante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Amped) está sendo considerada pelo diretor como um sinal de apoio, e reconhecimento de que a Faculdade de Educação da UFRJ tem um dos mais importantes programas de pós-graduação do país nesta área. ■

Ampliar ações

Na linha ainda de o quê a Faculdade de Educação da UFRJ pode fazer em benefício do público, o diretor anunciou que ampliará as ações em especialização e *lato sensu* para atender educadores do ensino básico. Também pretende mudar a política de estágio obrigatório de 30 horas dos estudantes da faculdade, realizando um trabalho em parceria com as Secretarias Estadual e Municipal de Educação e as coordenações dos Colégios Pedro II, visando a atender melhor os alunos dessas redes públicas, mas preservando o projeto pedagógico do curso. Promover um bom relacionamento com as unidades parceiras da universidade é outra meta da nova direção. “Estou cumprindo promessa de campanha de realizar uma gestão participativa”, afirmou Marcelo.

Neste momento, o principal problema dos dirigentes da Faculdade de Educação não é vencer os bloqueios impostos pela falta de recursos financeiros da instituição para colocar em prática o planejamento elaborado. A grande dificuldade enfrentada pelas coordenações pedagógicas e pela direção é a falta de funcionários técnico-administrativos.

Dos 48 profissionais, a maioria especializados em assuntos educacionais e chefes de seção, 28 foram afastados pela ex-diretora Speranza da Matta. “Os setores administrativos estão funcionando pela multiplicação dos que ficaram e com a ajuda de professores que passaram a realizar trabalhos de administração”, informou o diretor. A expectativa é que a Reitoria atenda ao pedido de alocação de vagas para funcionários e também novos professores.



PROJETO. Professor muda o conceito de atuação

Bom gosto e excelência na música

A orquestra UFRJazz Ensemble inicia a temporada de 2004 com apresentações dia 30 de janeiro e 3 de fevereiro. No repertório estão composições e arranjos feitos especialmente para a UFRJazz. As apresentações contarão com a participação especial de Julinho do Trompete (foto), sob a regência do maestro José Rua. Dia 30 o *show* será às 22h no bar Cais do Oriente, na Rua Visconde de Itaboraí, 8, Praça XV. O *couvert* custa R\$ 30,00. Dia 3 ocorrerão duas apresentações, uma às 12h30 e outra às 18h30, no Centro Cultural da Justiça Federal, que fica na Av. Rio Branco, 214, Cinelândia. O *couvert* custa R\$ 10,00.

J
a
z
z

